

## **Poder de Compra Per Capita acima da média nacional em 33 dos 308 municípios portugueses e nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto**

O indicador Percentagem de Poder de Compra (PPC) revela que 23 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional e que os 35 municípios que integram as duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 51% do poder de compra nacional.

Dos 308 municípios portugueses, 33 apresentavam valores acima da média nacional relativamente ao indicador do poder de compra per capita (IpC). Ainda acima da média nacional estavam as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e alguns municípios coincidentes com capitais de distrito.

O INE apresenta a 12ª edição do [Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio](#) relativo a 2015 (EPCC 2015) que tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis. A realização deste estudo visa disponibilizar indicadores que traduzem o poder de compra manifestado quotidianamente ao nível municipal. Note-se, porém, que os seus resultados não devem ser apropriados como rendimento ou consumo das famílias.

Nesta edição, foram consideradas 16 variáveis relativizadas pela população residente. São disponibilizados três indicadores — Indicador per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo —, sendo que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais, bem como para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nas diferentes regiões consideradas.

A publicação é acompanhada por uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas, bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador. Para aceder à publicação e à aplicação aceda [aqui](#).

## Indicador per Capita do Poder de Compra

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

O valor do IpC para 2015 do Continente revela um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,7 para o Continente e era, respetivamente, de 85,5 e 86,9 para os Açores e Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa (124,7) constituía a única região NUTS II com um valor acima do poder de compra per capita médio nacional. Para o Algarve, o valor (95,2) situava-se abaixo da média nacional. As três restantes regiões NUTS II do Continente — Norte, Centro e Alentejo — registavam índices de poder de compra per capita relativamente próximos: 92,1 para o Norte; 91,0 para o Alentejo; e 88,8 para o Centro.

Em 2015, em 33 dos 308 municípios portugueses, o poder de compra per capita situava-se acima da média nacional, destacando-se valores de IpC mais elevados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto [Figura 1].

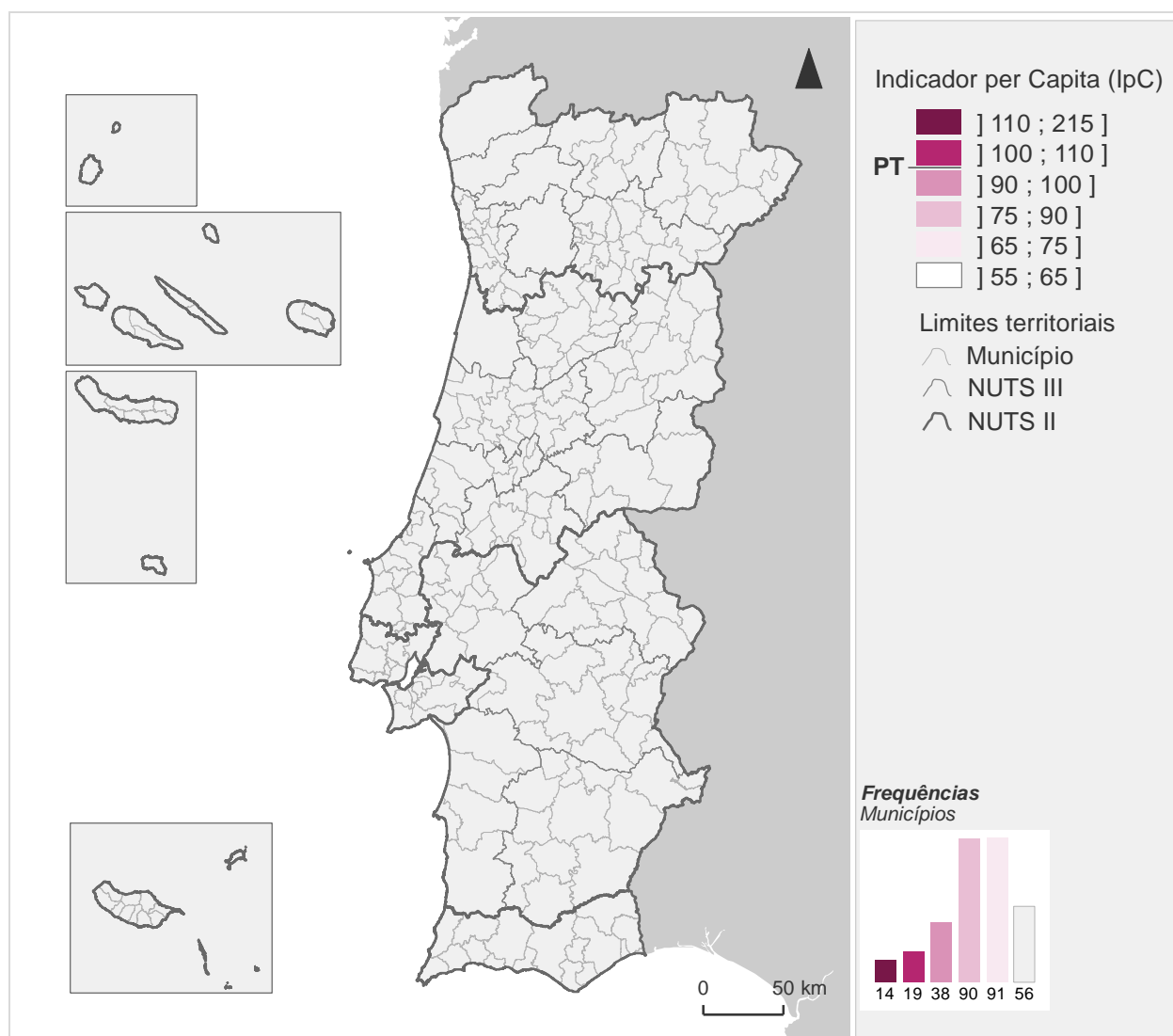
O município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (214,5), mais do que duplicando o índice nacional, e, nas 14 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (157,1), Cascais (122,7) e Alcochete (118,2). Do total de 18 municípios que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, nove apresentavam um poder de compra abaixo da média nacional, destacando-se a Moita (83,2) por ser o único município desta região com um poder de compra manifestado inferior a 90% da média nacional.

A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (104,8) aquém do valor da Área Metropolitana de Lisboa (124,7), mas acima da média nacional. Entre os cinco municípios que superavam a média nacional, quatro superavam também a média metropolitana — Porto (161,4), São João da Madeira (136,1), Matosinhos (123,7) e Maia (113,2) —, enquanto Espinho registava um índice de poder de compra de 104,6. Entre os 12 municípios da Área Metropolitana do Porto (num total de 17 municípios) com um poder de compra per capita abaixo da média nacional, encontravam-se os municípios de Arouca (69,5) e de Paredes (78,2).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam um poder de compra per capita superior à média nacional, com relevância para Faro (132,1), Coimbra (131,5), Aveiro (125,1) e Évora (116,4), com valores de IpC superiores a 110. Com resultados acima deste limiar, evidenciavam-se, ainda, os municípios de Sines (133,5), no Alentejo Litoral, e do Funchal (115,3), na Região Autónoma da Madeira. Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente.

No conjunto do território nacional, 147 municípios (48% do total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra per capita manifestado, oito pertenciam ao Interior das regiões Norte e Centro (distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Viseu Dão Lafões) e dois à Região Autónoma da Madeira.

Figura 1. Indicador per Capita do poder de compra por município, 2015



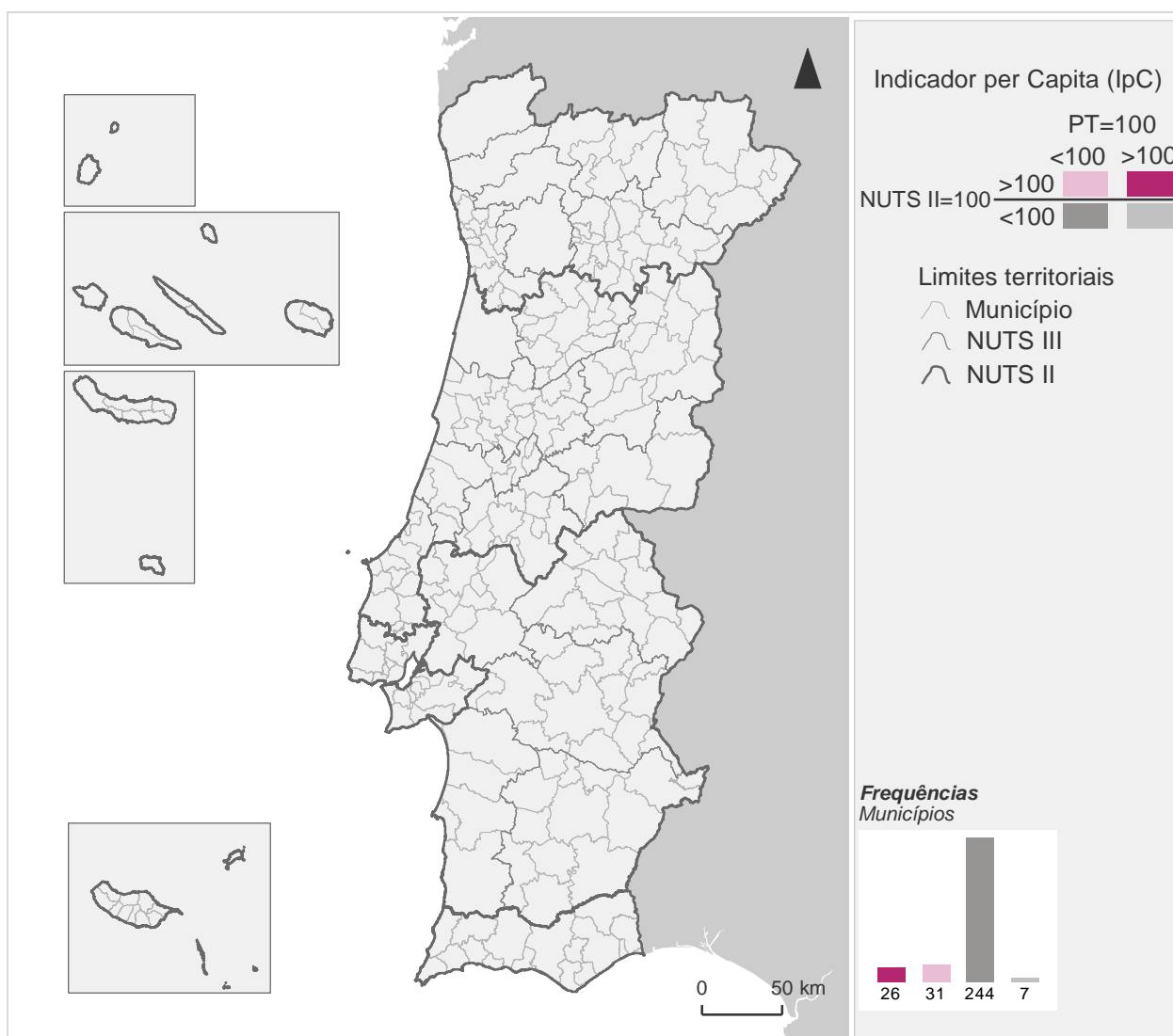
A análise do IpC obtido nos municípios possibilita avaliar o grau de coesão intrarregional e identificar os municípios que se destacam no respetivo contexto regional [Figura 2]. Nesta perspetiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma em 2015:

- 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra per capita médio nacional e regional – são sobretudo municípios das duas áreas metropolitanas (Lisboa, Porto, Oeiras, São João da Madeira, Matosinhos, Maia, Espinho) ou cidades de média dimensão, maioritariamente coincidentes com capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Évora, Funchal, Beja, Portalegre, Ponta Delgada, Braga, Santarém, Leiria e Vila Real), entre outras;
- em 31 municípios, o poder de compra per capita em 2015 ficava aquém da média nacional, mas acima da

média regional — correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (13 municípios de um total de 100), mas também do Alentejo (6 em 58), do Norte (5 em 86), da Região Autónoma dos Açores (5 em 19), da Região Autónoma da Madeira (1 em 11) e do Algarve (1 em 16);

- cerca de 80% dos municípios do país (244 em 308) tinham um poder de compra per capita, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional (NUTS II) – esta proporção variava entre 56%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 86%, na região Norte;
- por último, é de referir que sete municípios da Área Metropolitana de Lisboa, apresentavam um poder de compra per capita acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (124,7): Cascais, Alcochete, Almada, Setúbal, Amadora, Barreiro e Montijo.

Figura 2. Indicador per Capita por município no contexto das respetivas regiões NUTS II, 2015



### Percentagem de Poder de Compra

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do Indicador per Capita (IpC) e pretende avaliar o grau de concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

Neste contexto, as regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa e Norte concentravam dois terços do poder de compra no país. Para este resultado, contribuíam de forma decisiva as Áreas Metropolitanas de Lisboa (34%) e do Porto (17%): no conjunto, os dois territórios metropolitanos representavam mais de metade do poder de compra manifestado no território nacional, apesar de reunirem

44% da população do país (27% na Área Metropolitana de Lisboa e 17% na Área Metropolitana do Porto). Adicionalmente, verifica-se que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral.

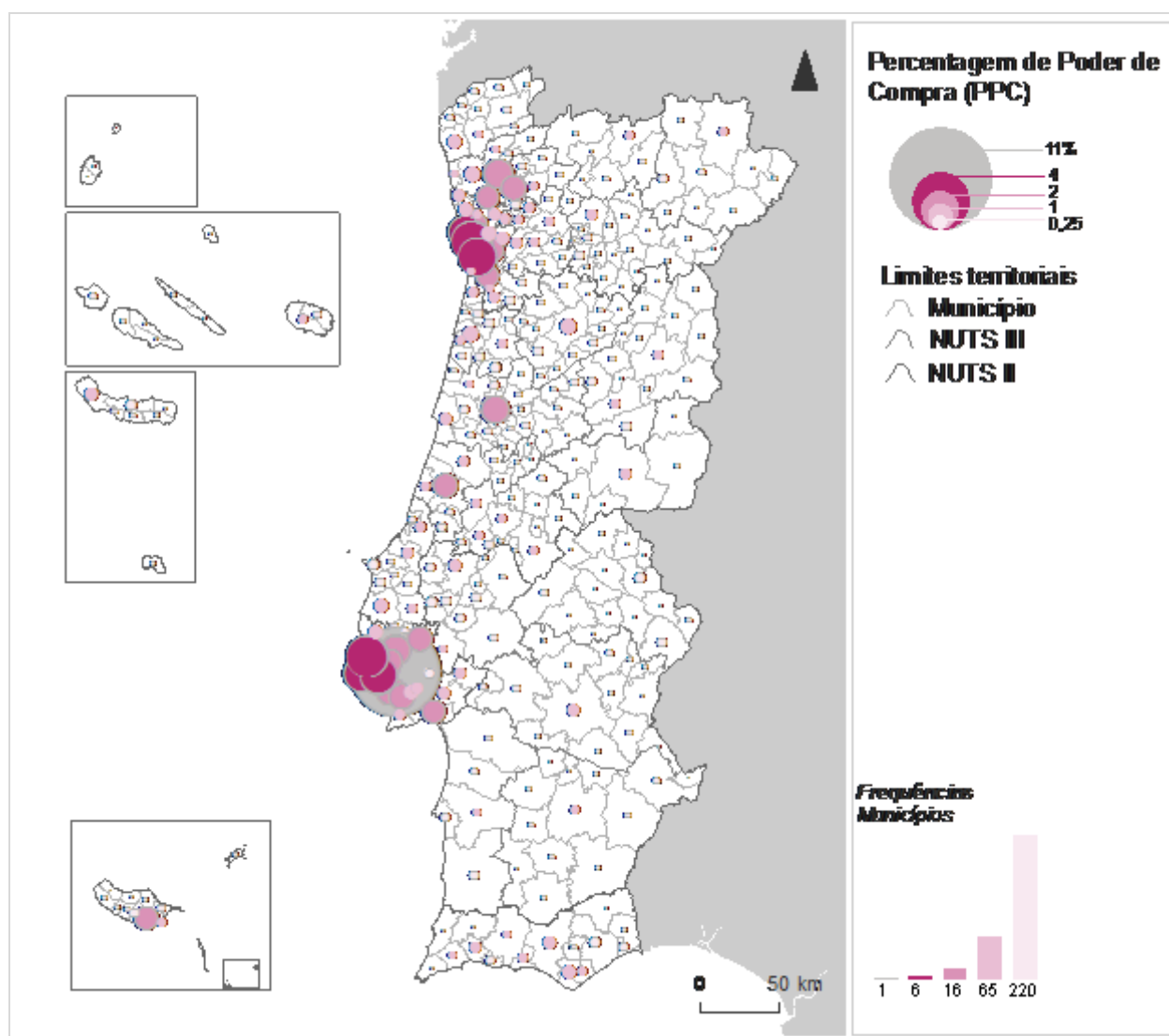
As sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se maioritariamente no Interior das regiões Norte e Centro: por ordem crescente, Alto Tâmega, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes. Para além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 10% do poder de compra total. Em 2015, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional.

Tratam-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira),

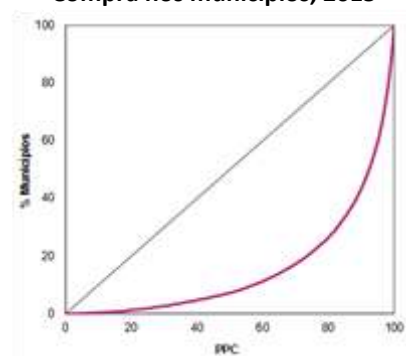
de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) ainda faziam parte deste conjunto [Figura 3]. Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores), Barrancos, no Baixo Alentejo, e Porto Moniz, na Região Autónoma da Madeira, detendo individualmente menos de 0,015%.

**Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município, 2015**



A análise da concentração do poder de compra nos 308 municípios portugueses [Figura 4] permite constatar que, em 2015, cerca de 7% (23) e 22% (67) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados sugerem que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e territorialmente muito concentrado.

**Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra nos municípios, 2015**



## Alguns títulos da divulgação na Comunicação Social

### 7% dos municípios concentram metade do poder de compra nacional

Dos 308 concelhos portugueses, 23 detêm metade do poder de compra de todo o país, mostram os dados publicados hoje pelo INE, relativos a 2015. Uma concentração semelhante àquela que se obtém se isolarmos os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

In [Jornal de Negócios](#)

### Poder de compra: apenas 11% dos municípios ficaram acima da média em 2015

Apenas 11% dos 308 municípios do país registaram um índice de poder de compra per capita acima da média nacional, em 2015, um ano em que o município de Lisboa liderou, com um valor de 214,5, mais do que duplicando o índice nacional, anunciou o Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

In [Dinheiro Vivo online](#)



### Metade do poder de compra nacional concentrado em 23 municípios

O indicador do poder de compra per capita registou valores acima da média nacional em 33 dos 308 municípios portugueses no ano de 2015, de acordo com um estudo divulgado nesta sexta-feira pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

In [Público](#)

### Lisboa concentra mais poder de compra

Porto entre os mais ricos mas capital destaca-se, com mais do dobro da riqueza face à média nacional.

Lisboa, Porto, Oeiras, S. João da Madeira e Sines lideram o ranking dos municípios mais ricos do país, em 2015.

In [Correio da Manhã](#)

### Sobral de Monte Agraço entra no grupo dos concelhos com maior poder de compra por habitante

Dos 308 concelhos do país, há agora 33 com um poder de compra acima da média nacional. Sobral de Monte Agraço passou a constar do lote dos concelhos 'mais ricos' do país.



In [ECO – Economia online](#)

### Poder de compra em metade dos municípios de Lisboa é inferior à média nacional

Cerca de 89% dos 308 municípios portugueses apresentam um poder de compra inferior à média nacional. Na área metropolitana de Lisboa, metade dos municípios não atingiram esta média em 2015 e no Porto apenas cinco conseguiram superá-la

In [Expresso online](#)

#### Nota técnica

O [Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio](#) (EPCC) é um estudo estatístico, de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indireta e as variáveis que integram o EPCC provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional.

Com base num conjunto de 16 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2015, relativizadas pela população residente estimada pelo INE para 31 de dezembro de 2015 (série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011 que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011), estandardizadas (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- o Indicador per Capita (IpC) do poder de compra, que decorre do fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial que explica, após rotação, 45,1% da variância total das variáveis de base. Nesta edição, recorreu-se ao coeficiente de variação do Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita para a construção final deste indicador, que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100);
- a Percentagem de Poder de Compra (PPC), que é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial – o IpC – e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional;
- o Fator Dinamismo Relativo (FDR), que corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 29,2% da variância total das variáveis de base. O objetivo da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, neste sentido, sublinhar que um valor baixo de FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado. O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal.

As opções metodológicas subjacentes à conceção e operacionalização do EPCC encontram-se descritas no documento metodológico Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, código 335 / versão 1.4, INE (disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), na opção Metainformação, Sistema de Metainformação, Documentação metodológica). A necessidade de revisão deste documento metodológico face à versão 1.3 resulta de alterações ocorridas ao nível da informação de base e da alteração dos coeficientes, determinados endogenamente pelo modelo, que permitem definir os fatores como combinações lineares das variáveis de base. Os dados divulgados no âmbito do EPCC estão disponíveis em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, [Base de dados](#).